



Anais da Assembléia

N.66

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 54.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1986
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM N. 74/86

Curitiba, 13 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder uma pensão mensal no valor de 4,9

(quatro vírgula nove) salários-mínimos a Anna Elfrida Andersen Petuya, filha de Alfredo Andersen.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é, sem qualquer sombra de dúvida, inteiramente justa e oportuna pois, virá ensejar condições mínimas de sobrevivência a uma pessoa idosa, desprovida de recursos, com mais de 85 anos de existência e que, pelas sérias dificuldades de saúde que enfrenta, não tem sequer possibilidade de locomover-se.

Por outro lado, devo ressaltar que esta proposição, além do cunho humanitário e de justiça de que se reveste, reflete uma pequena demonstração de reconhecimento pelo grandioso acervo cultural deixado pelo renomado pintor Alfredo Andersen, cuja obra artística teve sua maior inspiração nos aspectos da vida, da terra e da gente do Paraná, o que lhe valeu ser considerado o "Pai da Pintura Paranaense".

Por fim, vale mencionar que o anexo anteprojeto de lei contém dispositivo expresso no sentido de que a pensão mensal em causa, na falta de sua beneficiária, seja transferida à sua filha Anna Charlotte Andersen Petuya, apesar do estado de carência, se dedica exclusivamente ao atendimento de sua progenitora, o que a faz merecedora desse futuro benefício.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N. 139/86

Art. 1.^o - Fica concedida a Anna Elfrida Andersen Petuya, filha de Alfredo Andersen, uma pensão mensal com valor equivalente a 4,9 (quatro vírgula nove) salários-mínimos.

Parágrafo Único - No caso de falecimento da beneficiária do disposto no "caput" deste artigo, tal pensão será transferida a Anna Charlotte Andersen Petuya, neta de Alfredo Andersen.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 75/86

Curitiba, 13 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Paranaguá os imóveis que especifica, havidos pelo Estado do Paraná conforme as transcrições imobiliárias que menciona, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que os imóveis cuja doação se pretende efetivar serão utilizados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá a regularização da situação de diversos ocupantes que edificaram residências em tais áreas de terreno.

Vale ressaltar que a medida legal proposta virá atender normas do Ministério da Aeronáutica (FMA-63.21), as quais, a partir de 30 de julho de 1980, estabeleceram gabaritos de segurança mais rígidos, no que respeita à ocupação do solo nas circunvizinhanças dos aeroportos brasileiros.

A presente proposição foi precedida de criteriosos estudos realizados pelas Secretarias de Estado dos Transportes e da Administração, nos quais houve participação do Município de Paranaguá e as conclusões, consubstanciadas no anteprojeto anexo, virão definir limites do terreno destinado ao aeroporto de Paranaguá e solucionar a situação dos moradores nas áreas próximas.

Certo de que a medida formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 138/86

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Paranaguá os imóveis de propriedade do Estado do Paraná objeto das seguintes transcrições imobiliárias da Comarca de Paranaguá:

Lote de Transcrição n. 7854 (parte) - Livro 3-H, folhas 109. Área: 42.000,00 m² (quarenta e dois mil metros quadrados).

A NO., 140,00 m (cento e quarenta metros), frente para a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto;

A SO., 300,00 m (trezentos metros), lateral direita confrontando com propriedade de Genésio Moresch;

A NE., 300,00 m (trezentos metros), lateral esquerda confrontando com terreno pertencente ao aeroporto;

A SE., 140,00 m. (cento e quarenta metros), fundos com a Rua "P";

Lote de Transcrição n. 1439 - Livro 3-C, folhas 243. Área 25.544, 00 m² (vinte e cinco mil, quinhentos e quatro metros quadrados). Terreno irregular.

A NO., 165,00 (cento e sessenta e cinco metros), é a NE., com 258,00m (duzentos e cinquenta e oito metros), frente confrontando com terreno pertencente ao aeroporto;

A SO., 25,00m (vinte e cinco metros), a SE., com 167,00m (cento e sessenta e sete metros), e a NO., com 61,50m (sessenta e um metros e cinquenta centímetros), lateral direita confrontando com a Rua "P" e terreno de herdeiros de Manoel Correia de Freitas;

A SE., 202,50m (duzentos e dois metros e cinquenta centímetros), lateral esquerda confrontando com terras de herdeiros de Manoel Correia de Freitas e Rua "P";

A SO., 101,00m (cento e um metros) fundos confrontando com terreno de herdeiros Manoel Correia de Freitas;

Lote da Transcrição n. 1922 (parte), Livro 3-D, folhas 52. Área: 128.325,00m² (cento e vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco metros quadrados). Terreno irregular.

A NO., 485,00m (quatrocentos e oitenta e cinco metros), frente confrontando com terreno pertencente ao aeroporto;

A SO., 183,00m (cento e oitenta e três metros), lateral direita confrontando com terrenos de Manoel Correia de Freitas e Rua Domingos Peneda.

A NE., 330,00m (trezentos e trinta metros), lateral esquerda confrontando com a Rua Domingos Peneda, terrenos de Demétrio Alves Cordeiro e terrenos da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

A SE., 405,00m (quatrocentos e cinco metros), fundos travessão confrontando com o Rio Itiberê.

Lote da Transcrição n. 1839 (parte), Livro 3-D, folhas 22. Área: 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados). Terreno irregular.

A NO., 45,00m (quarenta e cinco metros), frente confrontando com terreno pertencente ao aeroporto.

A SO., 35,00m (trinta e cinco metros), e a NO., com 156,00m (cento e cinquenta e seis metros), lateral direita confrontando com a Rua Domingos Peneda e terreno de Demétrio Alves Cordeiro;

A NE., 40,00m (quarenta metros), e a SE., com 176,00m (cento e setenta e seis metros), lateral esquerda confrontando com a Rua Domingos Peneda, cemitério e terreno da Prefeitura Municipal de Paranaguá;

A SO., 25,00m (vinte e cinco metros), fundos confrontando com terreno pertencente à Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Parágrafo Único. Todas as citadas transcrições são do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

Art. 2.º . A presente doação visa a regularização da situação de diversos ocu-

pantes, com edificações residenciais, nos imóveis aludidos no art. 1º.

Parágrafo Único. Os atuais ocupantes com edificações residenciais terão preferência na aquisição dos respectivos terrenos por eles ocupados.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 76/86.

Curitiba, 13 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos (1º), datados de 20 de março de 1986, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Apucarana, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaraçuva, Londrina, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa e Paranaguá, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a prorrogação da vigência dos respectivos convênios originários até 30 de maio de 1986.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 77/86

Curitiba, 13 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva modificar a redação da Tabela "B", de que trata a Lei n. 7436, de 29 de dezembro de 1980. A referida Tabela dispõe sobre a base de cálculo a proventos de inatividade dos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n. 20/85, de 16 de setembro de 1985, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, contém maiores detalhes quanto ao elevado significado e oportunidade de que é revestida a medida ora submetida a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 137/86

Art. 1º - A redação da Tabela B, de que trata a Lei n. 7436, de 29 de dezembro de 1980, passa a ser a seguinte:

"TABELA B

1ª CLASSE (Entrância Final)

Sede da Comarca	Nível
Titular de Cartório e Ofício	- PJ-TJ-4
Oficial Maior	- PJ-TJ-7
Escrevente Juramentado	- PJ-TJ-9

Distrito Judiciário fora da sede	Nível
Titular de Cartório e Ofício	- PJ-TJ-7
Oficial Maior	- PJ-TJ-9
Escrevente Juramentado	- PJ-TJ-11

2ª CLASSE (entrância intermediária)

Sede da Comarca	Nível
Titular de Cartório e Ofício	- PJ-TJ-5
Oficial Maior	- PJ-TJ-8
Escrevente Juramentado	- PJ-TJ-10

Distrito Judiciário fora da sede	Nível
Titular de Cartório e Ofício	- PJ-TJ-8
Oficial Maior	- PJ-TJ-10
Escrevente Juramentado	- PJ-TJ-12

3ª CLASSE (entrância inicial)

Sede da Comarca	Nível
Titular de Cartório e Ofício	- PJ-TJ-6
Oficial Maior	- PJ-TJ-9
Escrevente Juramentado	- PJ-TJ-11

Distrito Judiciário fora da sede	Nível
Titular de Cartório e Ofício	- PJ-TJ-9
Oficial Maior	- PJ-TJ-11
Escrevente Juramentado	- PJ-TJ-13"

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Of. n. 20/85 - G.P. - G.S.

Curitiba, 16 de setembro de 1985.

Senhor Governador:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso plano de lei, aprovado à unanimidade de votos pelo Egrégio Órgão Especial deste Tribunal, em sessão realizada no último dia 13.

Objetiva corrigir distorção existente, pois, os Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos, ao passarem à inatividade, percebem proventos correspondente a níveis totalmente defasados e incompatíveis.

Assim sendo, se em lei for transformado na forma pretendida, passarão a perceber proventos equiparados àqueles serven-

tuários que na atividade são remunerados pelo erário, ou seja, os Escrivães do Crime da Comarca respectiva, guardando-se distância proporcional e equivalente aos Oficiais Maiores e Escreventes Juramentados remanescentes, estes equiparados aos auxiliares das Escrivanias Criminais (Lei n. 7547, de 10 de dezembro de 1981), distância mantida também no tocante aos cargos dos Distritos Judiciários, respeitando-se as entrâncias legais.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO
Presidente do Tribunal de Justiça
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 78/86

Curitiba, 13 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Ajuste celebrado em 21 de setembro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial para Assuntos Comunitários e o Município de Quedas do Iguaçu, visando a realização do Projeto Hortas Comunitárias.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 79/86

Curitiba, 13 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 8 de maio de 1986, entre o Estado do Paraná, a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL; Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo - FUMEST; Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon - FUNDEMAR e a Fundação Educacional de Foz do Iguaçu - FUNEFI e os Municípios de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar a Fundação Federação Estadual de Instituição de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio

texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 80/86

Curitiba, 13 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 08 de maio de 1986, entre o Estado do Paraná, o Município de Campo Mourão e a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade da criação da Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER Regime de Urgência aos Projetos de Lei, abaixo enumerados.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 17/86, que objetiva proceder a permuta de lotes de terrenos de Arapongas; ao Projeto de Lei n. 18/86, que objetiva doar ao Município de Cruzeiro do Sul as datas de terras, situadas na sede do referido município; ao Projeto de Lei n. 33/86, que objetiva criar o cargo de Inspetor Estadual de Educação, na Secretaria de Estado da Educação, ao Projeto de Lei n. 52/86, que introduz alterações à Lei n. 7.827, que dispõe sobre a distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos e outros biocidas; ao Projeto de Lei n. 90/86, que objetiva doar à Guarda-Mirim de Engenheiro Beltrão a data de terras, situada na sede do Município de Engenheiro Bel-

trão; ao Projeto de Lei n. 98/86 que objetiva a doação de um terreno de propriedade do Estado, no Município de Umuarama, ao Projeto de lei n. 101/86, que objetiva a doação de área de terras de propriedade do Estado ao Município de Santa Inês; ao Projeto de Lei n. 127/86, que objetiva doar ao Município de Paraíso do Norte, partes das datas havidas pelo Estado.

Sala das Sessões em 23 de junho de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER Regime de Urgência às Proposições abaixo enumeradas.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja concedido Regime de Urgência à Proposição n. 22/86, orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, para o corrente exercício; a Proposição n. 24/86, convênio entre o Estado e a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco; à Proposição n. 25/86, convênio entre o Estado e SEIC/FFALMA, Estado e SEIC/FACIVEL, Estado e SEIC/FACE, Estado e SEIC/FACIBEL; à Proposição n. 26/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Londrina, Paranaguá, Uraí; à Proposição n. 27/86, convênio entre o Estado com a interveniência do Museu Paranaense, e o Município de Curitiba, com a interveniência da URBS; à Proposição n. 28/86, convênio entre o Estado e a SUDESUL; à Proposição n. 29/86, convênio entre o Estado com a interveniência do DER e a autarquia municipal Serviço de Pavimentação de Londrina; à Proposição n. 30/86, convênio entre o Estado e municípios visando a transferência de recursos financeiros e de tecnologia de sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento; à Proposição n. 31/86, Convênio entre o Estado e municípios visando a complementação de recursos financeiros para a execução de obras; à Proposição n. 32/86, Convênio entre o Estado e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; à Proposição n. 33/86, convênio/SAREM/ n. 063/85, entre o Estado e a União; à Proposição n. 34/86, convênio entre o Estado e a SUDESUL; à Proposição n. 35/86, convênio entre o Estado e a SUCEPAR, com os municípios de Alto Piquiri e Arapongas; à Proposição n. 36/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Piraquara, Campo Largo e Balsa Nova; à Proposição n. 37/86, convênio entre o Estado e o Ministério da Justiça; à Proposição n. 38/86, convênio entre o Es-

tado e os Municípios de Ibiporã, Londrina, Santa Terezinha do Itaipu, Jaguariaíva e Tomazina; à Proposição n. 39/86, convênio entre o Estado e o DETRAN/EMOPAR/CIRETRANS, à Proposição n. 41/86, convênio entre o Estado e a EMOPAR/Município de Barracão; à Proposição n. 40/86, convênio entre o Estado e a EMOPAR/Municípios de Umuarama e Pato Branco; à Proposição n. 42/86, convênio SES/MTb n. 60/85, entre a União e o Estado; à Proposição n. 44/86, convênio entre o Estado e o Município Francisco Beltrão; à Proposição n. 45/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Pranchita e Mangueirinha; à Proposição n. 46/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Platina do Paraná, São Tomé, Santo Inácio e Santa Fé; à Proposição n. 47/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Clevelândia, e Prudentópolis; à Proposição n. 48/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Lupinópolis Campo Mourão, Mandaguari e Apucarana, à Proposição n. 49/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Clevelândia, Lobato e União da Vitória; à Proposição n. 50/86, convênio entre o Estado e o Ministério da Agricultura; à Proposição n. 51/86, convênio entre o Estado e Ministério da Agricultura; à Proposição n. 52/86, convênio entre o Estado e o Ministério da Agricultura; Proposição n. 53/86, convênio entre o Estado e o Ministério da Agricultura; à Proposição n. 54/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Araucária, Colombo, Curitiba, Piraquara, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Colombo e Piraquara; à Proposição n. 55/86, convênio entre o Estado e a COMEC/Municípios de Contenda, Almirante Tamandaré, Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara; à Proposição n. 57/86, convênio entre o Estado e a Universidade Federal do Paraná; à Proposição n. 58/86, convênio SEIC/FACIBEL entre o Estado e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão; à Proposição n. 59/86, termos aditivos firmados pelo Estado com a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava; à Proposição n. 60/86, convênio entre o Estado e o Ministério da Indústria e do Comércio, o Ministério da Indústria e do Comércio e a Secretaria da Indústria, Comércio e Minas de Pernambuco, e com a Universidade Federal do Paraná; à Proposição n. 61/86, convênio entre o Estado e Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; à Proposição n. 62/86, convênio entre o Estado e o Ministério da Agricultura; à Proposição n. 63/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Alto Paraná, Campo Mourão, Colombo, Faxinal,

Fênix, Florai, Manoel Ribas, Nossa Senhora das Graças, Porto Rico, São Pedro do Ivaí, Sarandi, Uniflor e Wenceslau Braz; à Proposição n. 65/86, anteprojeto de lei dispondo sobre vencimentos do funcionalismo em geral; à Proposição n. 67/86, convênios entre o Estado e o DER; à Proposição n. 68/86, convênio entre o Estado e a Petróleo Brasileiro S.A.; à Proposição n. 69/86, convênio entre o Estado e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República; à Proposição n. 70/86, convênio entre o Estado e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul; à Proposição n. 72/86, convênio entre o Estado e a Secretaria de Emprego e Salário; à Proposição n. 73/86, termos aditivos entre o Estado e o Ministério da Agricultura; à Proposição n. 74/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Ibiporã e Itaguajé; à Proposição n. 75/86, convênio entre o Estado e o Município de Corbélia; à Proposição n. 76/86, termos aditivos dos convênios entre o Estado e o Ministério da Agricultura, termo aditivo do convênio entre o Estado e o Município de Assaí; à Proposição n. 78/86, convênio entre o Estado e os Municípios de Araucária, Colombo e Piraquara; à Proposição n. 79/86, convênio entre o Estado e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência para Votação em REDAÇÃO FINAL, do Projeto de Lei n. 50/86, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que acrescenta o item VIII ao Título "Dos Distribuidores", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do anexo da Lei n. 6.149, de 09/09/70.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Maurício Távora, homem da televisão, ator e jornalista, ocorrido recentemente nesta Capital, e que sejam transmitidas as condolências deste Poder à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo assina, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, votos de pesar pelo passamento do Senhor BENJAMIN KAMINSKI, ocorrido no último dia 12, em Guarapuava.

Tratava-se de uma pessoa com amplo relacionamento no município, agricultor, pecuarista, e de família tradicional da região.

No ensejo, solicito ainda o encaminhamento de correspondência na pessoa de sua viúva, Senhora REGINA BEZERRA KAMINSKI - Rua Getúlio Vargas, 1110 - Guarapuava - Pr.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER votos de pesar pelo falecimento da jovem ANA LÚCIA GRUBER ABREU, ocorrido no dia 11 do corrente.

A extinta pertencia a uma das mais tradicionais famílias guarapuavanas.

Requer, ainda, o envio de correspondência na pessoa de seu pai, Doutor GERSON MENDES DE ABREU, com endereço à Rua Capitão Rocha, 1117 - Guarapuava - Pr.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário que seja registrado votos de congratulações ao diretor proprietário do Jornal do Estado, Roberto Barrozo Filho, bem como aos demais funcionários deste conceituado veículo de comunicação, pela passagem do seu terceiro aniversário, que será comemorado amanhã.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano plenário, envio de expediente dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da ACARPA, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando a designação de um engenheiro agrônomo para o escritório existente na Municipalidade de Janiópolis.

A falta de um profissional para prestar assistência à região agrícola e pasto-

ril que compreende a área do Município de Janiópolis, tem trazido, nos dias de hoje, incontornáveis problemas para o setor, cujos prejuízos ampliam-se cada vez mais.

É simplesmente inadmissível que persista tamanho descaso para com uma região que seguramente, sempre tem dado sua significativa parcela no processo desenvolvimentista paranaense, conforme salienta o Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Bre-ro, Prefeito daquela cidade.

Deste modo, é de vital importância a adoção de medidas concretas para por fim ao referido problema, e conseqüentemente, devolvendo novamente a Janiópolis reais condições, em termos de assistência técnica.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Solicitando-lhes urgência na viabilização da pavimentação do asfalto que liga os municípios de Santa Fé à Astorga, via Distrito de Fernão Dias e Santa Zélia, e o Distrito de Fernão Dias ao Município de Munhoz de Melo.

Tal solicitação é de grande valia àquela região, notadamente beneficiando o escoamento de safras e facilitando a clientela escolar na locomoção diária nesse trecho, atendendo também a uma antiga e justa reivindicação da população daquela região.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte encarecendo maior apoio para o setor de esportes, na Municipalidade de Mamborê.

Grande parte do contingente populacional que reside em Mamborê é constituído por jovens. Estes, entre muitas atividades, tem no esporte um maior envolvimento, nas inúmeras modalidades existentes, sendo bastante comum a realização de importantes eventos em todas as épocas do ano.

Por outro lado, em que pese a ajuda da Administração Municipal, assim como do próprio empenho dos jovens, algumas dificuldades se fazem presentes, impossibili-

tando o aprimoramento esportivo.

Visando eliminar tais transtornos, de acordo com iniciativa do Setor Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro Mamboreense, o presente pedido é no sentido de que essa Pasta dê o necessário apoio para que o desporto eleve mais o bom nome de Mamborê nas competições.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, a respeito da liberação de recursos de ordem financeira que serão aplicados na construção de um ginásio poliesportivo na Municipalidade de Mariluz.

Trata-se de uma reivindicação bastante antiga, um anseio do povo laborioso de Mariluz, notadamente dos meios esportivos, cuja luta para sua concretização envolve os Poderes Executivos (Prefeito Joaquim Lopes Gutierrez) e Legislativo (Presidente Adonias José Dias) além do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (através do Presidente do Diretório e do Secretário, Manoel Neto de Lima e Francisco Alves dos Santos, Secretário Geral).

Fora de qualquer dúvida, a construção de um local para a prática do esporte, servirá, primeiramente, como estímulo principalmente aos jovens, possibilitando, ainda, aumentar o potencial da cidade nas realizações, tanto internas como com outras equipes de outras regiões, em inúmeras modalidades.

Para que a presente proposta seja uma realidade, torna-se indispensável a colaboração dessa Pasta, assegurando, dentro do seu orçamento, recursos capazes de garantir a realização da pretendida obra.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação Oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido do aumento da cota de combustível para a delegacia localizada na Municipalidade de Juranda.

Num apelo conjunto, formalizado pela Administração Municipal, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Diemes Amadei;

e pela Câmara Municipal, subscrito por todos os Vereadores, o presente requerimento objetiva o aumento da cota de combustível para o organismo policial que existe em Juranda, uma vez que a quantidade de litros que lhe são destinadas mensalmente são insuficientes para a realização de trabalhos compatíveis com o próprio porte daquele município.

Assim sendo, que providências sejam efetivamente postas em práticas, determinando o aumento da cota de combustível, permitindo, conseqüentemente, maior condição e operacionalidade por parte da delegacia local.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da ACARPA, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, a designação de um engenheiro agrônomo para o escritório localizado na Municipalidade de Nova Cantu.

Tendo em vista que há vários meses a região de Nova Cantu está desprovida de qualquer tipo de assistência técnica, o escritório da ACARPA, nas atuais condições, praticamente perdeu o sentido de sua própria existência. Tal construção é feita pelo Excelentíssimo Senhor Walmick Pereira. Na condição de Chefe do Executivo Municipal, tem o mesmo vivenciado o drama dos proprietários rurais (notadamente os de pequeno e médio portes) que, ao necessitarem de uma orientação, ficam a mercê de qualquer esclarecimento, já que não existe um técnico para atendê-los.

Faz-se necessário, portanto, dada a exposição de motivos, que essa Secretaria de Estado da Agricultura atenda este apelo, sobretudo tomando medidas que sejam capazes de eliminar os graves problemas ora mencionados.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 142/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Pr.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Araçá, com sede e foro à Rua Stanislaus Kais, 38 - Capão Raso - Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.6.1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos de Vila Araçá vem despontando com um trabalho de organização popular pertinente com os ideais democráticos da atual conjuntura. Fiel aos compromissos assumidos desde os primeiros passos visando a sua fundação, esta Associação além de congregar os seus próprios moradores e amigos, vem desenvolvendo um processo de conscientização política, paralelamente a um incentivo à profissionalização de seus congregados, colaborando para um decréscimo do nível de desemprego e despreparo individual.

Pugnando incessantemente pelos direitos e interesses de seus associados, apoiando suas legítimas aspirações, a referida entidade tem visto sua atuação reconhecimento além de seus limites geográficos, contando em suas reuniões com a presença de líderes comunitários vizinhos, pondo em prática um espírito de solidariedade, pertinente com a visão comunitária global, que vem garantindo uma melhoria das condições de vida e um conagraamento integral. Enfatizando os aspectos cultural, educação, saúde e lazer, mantendo serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênio com os organismos públicos e particulares, a Associação de Amigos da Vila Araçá, justifica amplamente o projeto de lei de Utilidade Pública Estadual para que ela possa agilizar seu trabalho nos âmbitos políticos, social, cultural, além de continuar sendo um "sine qua non" para implantação de uma ordem democrática segura estável e justa.

PROJETO DE LEI N. 143/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O artigo 3.º, da Lei n. 7.231, de 24 de outubro de 1979, alterado pelo artigo 1.º, da Lei n. 8.172, de 11 de novembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica proibida a transferência a terceiros da área descrita no artigo 1.º, sob pena de retorno do imóvel ao patrimônio do Estado, podendo, entretanto, o Município de Rio Azul transferir, em forma de doação, à Companhia² de Saneamento do Paraná - SANE-PAR, 900m² (novecentos metros quadrados) da referida área, onde hoje encontra-se instalado o reservatório de água do Município e 880,40m² (oitocentos e oitenta metros e quarenta centímetros quadrados) à Paraná Radiodifusão S.A. - RADIPAR".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.6.86.

(aa) NILSO SGUAREZI e

ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei em tela visa autorizar o Município de Rio Azul a doar à RADIPAR, área de terra de sua propriedade, equivalente a 880,40m², para a construção de uma torre retransmissora de televisão.

A autorização proposta, fundamenta-se no fato de que o terreno, objeto da doação, faz parte de uma área de 136.730,00 m², que foi transferida do Estado ao Município de Rio Azul, com cláusula de inalienabilidade, pela Lei n. 7.231, de 24 de outubro de 1979.

Há que se considerar, porém, que uma parcela deste imóvel já reverteu ao Estado, sob forma de doação à SANEPAR (Lei n. 8.172, de 11/11/85), para a instalação do reservatório de água que abastece a Cidade de Rio Azul.

Surgindo agora a necessidade de se instalar, no município, a torre repetidora de sinais de televisão, e considerando que o terreno supracitado reúne as condições ideais, por constituir-se no ponto mais alto da região e, também, o fato da área estar desocupada, sem previsão para sua utilização imediata, nada mais justo e oportuno que se proceda a autorização, objeto do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos nem para o Grande, nem para o Pequeno Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PCB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina). Havendo declinado, consulto finalmente à liderança do PTB. (Declina)

Havendo declinado está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação em Redação Final do Projeto de Lei n. 50/86, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, que acrescenta o item VIII ao Título "Dos Distribuidores", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do anexo da Lei n. 6149/70, de 09 de setembro de 1970. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação para o Projeto de Lei n. 50/86, acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 50/86, que acrescenta o item VIII ao Título "Dos Distribuidores", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores e Depositários Públicos), constante do Anexo da Lei n. 6149, de 09/09/70. - Aprovado. Public. no D.A. n. 20/86, de 02/04/86).

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 25/86, (ex-Proposição n. 71/86, Ofício n. 004/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1985. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 13/84, que dispõe sobre a escolha democrática dos Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais, isoladas, na forma que especifica e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e da C.E. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 34/85, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui a partir de 1986, a CAIXA DE TRANSPORTE COLETIVO POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ, tendo por finalidade prestar o meio de condução nos centros urbanos de cidades do Estado, sem quaisquer objetivos de lucros, e adota outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., Em Regime de Urgência. - Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jovem Ana Lúcia Gruber Abreu, ocorrido no dia 11 de junho do corrente ano, no Município de Guarapuava. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benjamim Kaminski, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano, no Município de Guarapuava. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Maurício Távora, ocorrido nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência às Proposições n. 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78 e 79/86. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, viabilizando a urgente pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Santa Fé a Astorga, via Distrito de Fernão Dias e Santa Zélia, e deste ao Município de Munhoz de Mello. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n. 17, 18 33, 52, 90, 98, 101 e 127/86. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro-agrônomo para o escritório do Município de Janiópolis. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo um maior apoio para o setor, no Município de Mamborê. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, enca-

recendo a liberação de recursos financeiros, para aplicação na construção de um ginásio poliesportivo, no Município de Mariluz. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, viabilizando o aumento da cota de combustível, para a Delegacia de Polícia do Município de Juranda. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro-agrônomo para o escritório de Nova Cantu. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, solicitando votos de congratulações ao Diretor do Jornal do Estado, pela passagem do terceiro aniversário de sua fundação. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência convida os Srs. Deputados para que, às 11:00 horas, dirijam-se ao Gabinete da Presidência, onde receberemos a visita do Governador João Elísio Ferraz de Campos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 100/86.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n. 15, 16 e 24/86.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 13/84 e 127/85.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 97, 166/85, 33, 126 e 132/86, e do Projeto de Resolução n. 28/86.

Levanta-se a Sessão.

Portarias:

PORTARIA N. 75/86

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

I- revogar a Portaria n. 437/83, que designou para prestar serviços na Coordenação

nadoria do Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa, a funcionária ERNESTINA DE MORAES SOUZA, adida a este Poder; e,

II- designar a referida funcionária para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque.

(Protoc. n. 3989, de 19.05.86)

PORTARIA N. 76/86

designar NELSON DE LIMA CHAHIN, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Financeira.

(Protoc. n. 4280, de 27.05.86)

Gabinete da Diretoria Geral,
em 27 de maio de 1986.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral

PORTARIA N. 77/86

conceder a MARIA DE LURDES MAGALHÃES, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogção.

(Protoc. n. 4327, de 28.05.86.)

Gabinete da Diretoria Geral,
em 28 de maio de 1986.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS.
Diretor Geral.

PORTARIA N. 78/86

conceder a ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n. 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1984, a partir de 02 de junho de 1986.

(Protoc. n. 4408, de 29.05.86)

PORTARIA N. 79/86

conceder a MARIA ERNESTINA M. ALZAMORA, funcionária contratada deste Poder, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 13 de maio de 1986.

(Protoc. n. 4399, de 29.05.86).

PORTARIA N. 80/86

designar SABINA DOROTÉIA CASAGRANDE, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços na Diretoria de Assistência ao Plenário, ficando sem efeito a designação anterior.

(Protoc. n. 4178, de 22.05.86).

PORTARIA N. 81/86

I- mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2., da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n. 422, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", Referência IV, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias, referentes aos exercícios de 1984 e 1985, que deixou de gozar.

II- mandar incorporar para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 11 de novembro de 1980 e 11 de setembro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias de 1980, 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 125, de 08.01.86.)

Gabinete da Diretoria Geral,
em 29 de maio de 1986.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral

PORTARIA N. 82/86

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 466/85, à funcionária CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 4616, de 03.06.86).

PORTARIA N. 83/86

conceder a MYRLE GODOY MARTINS ZANATTA, funcionária contratada deste Poder, licença maternidade, de acordo com o Art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 02 de junho a 24 de agosto de 1986.

(Protoc. n. 4480, de 02.06.86).

PORTARIA N. 84/86

conceder a REGINA APARECIDA SCREMIN MACHADO, funcionária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ora à disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1984, a partir de 02 de junho de 1986.

(Protoc. n. 4472, de 30.05.86).

PORTARIA N. 85/86

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ, matrícula n. 508, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A"-Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 11 de janeiro de 1982 e 11 de setembro de 1985, anteci-

pado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1973, 1981, 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 2287, de 03.04.86)
Gabinete da Diretoria Geral,
em 03 de junho de 1986.
(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral.

PORTARIA N. 86/86

transferir para época oportuna as férias concedidas aos funcionários, abaixo relacionados, para o Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com a Portaria n. 466/83:

JOÃO CAXIAS URBAN
MOACIR JORGE NARDI
(Protoc. n. 4705, de 04.06.86.)

PORTARIA N. 87/86

mandar contar para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de MARIA DOLORES TULIO BARVIK, matrícula n. 218, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "B", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses e dezesseis (16) dias, período compreendido entre 21 de maio de 1947 e 06 de setembro do mesmo ano, tempo em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 3948, de 16.05.86).
Gabinete da Diretoria Geral, em
09 de junho de 1986.
(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral.

PORTARIA N. 88/86

constituir comissão de inquérito Administrativo, composta pelos funcionários RONALDO BAPTISTA, ANTONIO GULBINO e MANOEL AGUIAR FILHO, para apurar a responsabilidade imputada pela Polícia Federal, ao servidor ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS.

(Protoc. n. 5112, de 16.06.86.)

PORTARIA N.89/86

I- mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art.150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula n. 093, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1985, que deixou de gozar.

II- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de

serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, período compreendido entre 06 de fevereiro de 1979 e 06 de fevereiro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio, e das férias relativas aos anos de 1978, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n. 534, de 28.01.86).

PORTARIA N. 90/86

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 466/85, à funcionária MARIA ELISA REBELLO BORGES, ocupante do cargo de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 5078, de 13.06.86).

PORTARIA N. 91/86

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ENIO SANTANGELO MALHEIROS, matrícula n. 475, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe C, referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6.º quinquênio, período compreendido entre 25 de julho de 1981 e 25 de julho de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5.º quinquênio e das férias relativas aos exercícios de 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 4525, de 06.05.86.)

PORTARIA N. 92/86

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOANA MACIEL FARIAS, matrícula n. 156, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos:

1.º)- seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 02 de junho de 1976 e 12 de fevereiro de 1980, antecipado em razão da incorporação do decênio anterior e das férias contadas em dobro pela Portaria n. 046/80, e

2.º)- mais seis (06) meses, correspondente ao quinto quinquênio consecutivo de serviço público, compreendido entre 12 de fevereiro de 1980 e 12 de agosto de 1985, antecipado em razão da incorporação ante-

rior.

(Protoc. n. 1210, de 03.04.86).

PORTARIA N. 93/86

conceder a EUZA DE ARAUJO RIBEIRO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de junho de 1986.

(Protoc. n. 4930, de 10.06.86).

PORTARIA N. 94/86

conceder a MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20) dias de licença para tratamento de saúde de sua mãe Jenny Ferreira Bizetto.

(Protoc. n. 4931, de 10.06.86).

PORTARIA N. 95/86

designar GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Coordenadoria de Promoções Especiais ficando sem efeito a designação anterior.

(Protoc. n. 4855, de 09.06.86).

PORTARIA N. 96/86

conceder a MARCIA DE LIMA CARTER CUCHIARI, funcionária contratada deste poder, licença maternidade, de acordo com o Art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 10 de junho a 1º de setembro de 1986.

(Protoc. n. 4903, de 10.06.86).

Gabinete da Diretoria Geral em
17 de junho de 1986.

(a) ENIO SANTANGELO MALHEIROS
Diretor Geral

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
B A L A N C E T E
ENCERRADO EM 30 DE ABRIL DE 1986.

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Banestado - C/C 3138.....	109.591,30	I.R. FONTE	12.190,13
Banestado - C/C 29600	8,00	PATRIMÔNIO	
Banestado - Poupança	788.878,18	Patrimônio Líquido.....	16.863.724,22
Bamerindus Poupança.....	3.499.030,25	RECEITAS	
Bradesco Poupança.....	1.235.675,67	Renda de Contribuições.....	1.356.186,23
Itaú Poupança	1.236.468,03	Renda de Títulos.....	5.030.662,71
Real Poupança	3.770.627,29	Juros e Empréstimos.....	40.379,56
Valores Mobiliários	10.969.051,02	Outras Rendas.....	208,93
Empréstimos Concedidos	399.327,89		6.427.437,43
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios			
DESPESAS			
Aposentados.....	1.268.976,95		
Serviços de Terceiros.....	19.656,00		
Materiais de Consumo.....	701,72		
Seguros.....	5.296,43		
Despesas Bancárias.....	24,93		
Reversão para Cruzados.....	0,02		
TOTAL DO ATIVO	23.303.343,78	TOTAL DO PASSIVO.....	23.303.351,78

ODENI VILLACA MONGRUEL Tesoreroiro	ARTAGÃO DE MATOS LÊAO Presidente	VICENTE P. RODACKI Contador CRC-PR 6635
---------------------------------------	-------------------------------------	--